



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**VOTO Nº 9604/2017**

**INQUÉRITO POLICIAL Nº 0812981-06.2017.4.05.8100**

**ORIGEM: 11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ**

**PROCURADOR OFICIANTE: SAMUEL MIRANDA ARRUDA**

**RELATORA: LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN**

**INQUÉRITO POLICIAL. CPP, ART. 28 C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV. CRIMES TRIBUTÁRIOS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDADA NA CRISE FINANCEIRA DA EMPRESA. EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE NÃO DEMONSTRADA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.**

1. Inquérito policial. Possíveis crimes tributários cometidos por representante de pessoa jurídica que teria omitido em GFIP a quantidade de funcionários empregados, resultando no pagamento a menor de tributos e na ausência de repasse das contribuições dos trabalhadores ao INSS, condutas que, em tese, caracterizam os crimes delitos previstos no artigo 168-A c/c 337-A, inciso I, do Código Penal e artigo 1º, inciso I da Lei 8.137/90.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento dos autos por entender que restou suficientemente demonstrada a situação de crise financeira que se abateu sobre a empresa, de modo a evidenciar que os seus administradores agiram sob o manto de causa excludente da culpabilidade.

3. Discordância da Juíza Federal. Remessa dos autos à 2ª CCR/MPF para fins do art. 28 do CPP c/c art. 62, IV, da LC nº 75/93.

4. No atual estágio da persecução criminal, apenas seria admitido o arquivamento se ausentes elementos mínimos de autoria e/ou materialidade delitivas, após esgotadas diligências investigatórias, ou se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade. Não é, contudo, o caso dos autos.

5. No caso em exame, como bem observou a MM. Juíza Federal, apesar de constar, nos autos, alguns documentos relatando que a sociedade supostamente enfrentava crise financeira, como múltiplos créditos trabalhistas, totalizando mais de dois milhões de reais; extratos de consulta processual, demonstrando que o ajuizamento de diversas demandas cíveis em face da pessoa jurídica, muitas das quais envolvendo os empréstimos contraídos perante o BNB e a cobrança de tributos estaduais; assim como contas em aberto de plano de saúde do sócio e conta de telefone; não foram coligidas aos autos provas contundentes e irrefutáveis da alegada crise financeira, não só da empresa, mas também de seus sócios, prova essa, cujo ônus de apresentar cabe à parte investigada.

6. Ademais, cabe destacar que parece prematuro o arquivamento do procedimento, uma vez que existe acusação da sociedade ter omitido, em GFIP, a quantidade de funcionários empregados, não existindo qualquer relação plausível entre a suposta crise financeira, utilizada como argumento às condutas analisadas, e o ato de adulterar informações em documentos, resultando em prejuízo ao fisco, sendo necessária análise mais detalhada ao longo da instrução penal, acerca do ocorrido.

7. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

O presente inquérito policial foi instaurado a partir de representação fiscal oriunda da Receita Federal, expondo a prática de possíveis crimes tributários pela empresa WALTER MARINHO CIA LTDA., uma vez que a referida pessoa jurídica teria omitido em GFIP a quantidade de funcionários empregados, resultando no pagamento a menor de tributos e na ausência de repasse das contribuições dos trabalhadores ao INSS, condutas que, em tese, caracterizam os crimes delitos previstos no artigo 168-A c/c 337-A, inciso I, do Código Penal e artigo 1º, inciso I da Lei 8.137/90.

O crédito tributário daí resultante corresponde ao valor total de R\$ 899.918,19 (oitocentos e oitenta e nove mil, novecentos e dezoito reais e dezenove centavos), gerando 4 inscrições distintas (fls. 09/12). Conforme o Ofício nº 1496/2016/PFN (fls. 103/105), todos os DEBCADs foram inscritos em dívida ativa, encontrando-se atualmente em situação ativa ajuizada.

O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento dos autos por entender “que restou suficientemente demonstrada a situação de crise financeira que se abateu sobre a empresa WALTER MARINHO CIA LTDA., de modo a evidenciar que os seus administradores agiram sob o manto de causa excludente da culpabilidade”. Merece destaque os seguintes argumentos:

Neste sentido, vê-se que os documentos fornecidos pelo administrador OSCAR FREITAS MARINHO indicam que a pessoa jurídica foi alvo de inúmeras demandas judiciais, levando a crer que a situação de crise financeira ocorrera aproximadamente no ano de 2012, período condizente com os créditos tributários constituídos pela Receita.

*In casu*, restando comprovado quadro de escassez de recursos orçamentários, é possível sustentar que a conduta dos administradores daquela empresa está amparada pela inexigibilidade de conduta diversa, na medida em que a insuficiência de fundos impõe ao empregador amplas dificuldades no adimplemento de suas obrigações.

Neste sentido, o investigado OSCAR FREITAS afirmou que se viu forçado a deixar de efetuar os repasses ao INSS a fim de poder pagar os salários de seus empregados (fl. 121). Anote-se que até mesmo o patrimônio do investigado foi afetado por esse quadro falimentar, conforme os documentos juntados ao Apenso.

A MMª. Juíza Federal Substituta discordou das razões invocadas pelo Ministério Público Federal, considerando prematuro o arquivamento, tendo em vista que *“não foram coligidas aos autos provas contundentes e irrefutáveis da alegada crise financeira, não só da empresa, mas também de seus sócios, prova essa, cujo ônus de apresentar cabe à parte investigada”*.

Mantido o dissenso, os autos foram remetidos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do artigo 28 do Código de Processo Penal c/c art. 62, IV, da LC nº 75/93.

É o relatório.

O arquivamento do inquérito é prematuro, com a devida vênia do Procurador da República oficiante.

No atual estágio da persecução criminal, apenas seria admitido o arquivamento se ausentes elementos mínimos da autoria e/ou da materialidade delitivas, após esgotadas as diligências investigatórias, ou se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade. Não é, contudo, o caso dos autos.

No caso em exame, como bem observou a MM. Juíza Federal, *“apesar de constar, nos autos, alguns documentos relatando que a sociedade supostamente enfrentava crise financeira, como múltiplos créditos trabalhistas, totalizando mais de dois milhões de reais; extratos de consulta processual, demonstrando que o ajuizamento de diversas demandas cíveis em face da pessoa jurídica, muitas das quais envolvendo os empréstimos contraídos perante o BNB e a cobrança de tributos estaduais; assim como contas em aberto de plano de saúde do sócio e conta de telefone; não foram coligidas aos autos provas contundentes e irrefutáveis da alegada crise financeira, não só da empresa, mas também de seus sócios, prova essa, cujo ônus de apresentar cabe à parte investigada.*

*Ademais, cabe destacar que parece prematuro o arquivamento do procedimento, uma vez que existe acusação da sociedade ter omitido, em GFIP, a quantidade de funcionários empregados, não existindo qualquer relação plausível entre a suposta crise financeira, utilizada como argumento às condutas analisadas, e o ato de adulterar informações em documentos, resultando em prejuízo ao fisco, sendo necessária análise mais detalhada ao longo da instrução penal, acerca do ocorrido.”*

Ante o exposto, voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará, para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante e o Juízo da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 6 de dezembro de 2017.

**LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN**

Subprocuradora-Geral da República  
Coordenadora – 2ª CCR

/T.